

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 918.789 PARANÁ

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : LUIZ SERGIO BOAVENTURA DA SILVA
ADV.(A/S) : JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

DECISÃO: O presente agravo (previsto e disciplinado na Lei nº 12.322/2010) foi deduzido extemporaneamente, eis que **só veio** a ser interposto em 03/06/2015, quarta-feira, **data em que já se consumara** o trânsito em julgado da decisão **proferida** pelo Presidente do órgão judiciário de origem.

Com efeito, a parte ora agravante **foi intimada** do ato decisório ora impugnado em 11/05/2015, segunda-feira. Desse modo, **o termo final** do prazo para a **oportuna** interposição do recurso de agravo **contra** a decisão **emanada** da Presidência da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná **recaiu** no dia 21/05/2015, quinta-feira.

Contra tal julgamento (**proferido** em sede de juízo prévio de admissibilidade de recurso extraordinário), a parte ora recorrente **opôs “embargos de declaração”, recurso absolutamente inadmissível quando se tratar**, como no caso, de decisões que neguem trânsito a apelo extremo.

A inadequação da via recursal escolhida **teve** consequências de ordem processual, **pois, revelando-se insuscetíveis** de conhecimento “embargos de declaração” **contra** decisões veiculadoras de juízo **negativo** de admissibilidade de recurso extraordinário, **a utilização de espécie recursal evidentemente inadequada não tinha aptidão sequer para interromper ou suspender** a fluência do prazo legal **para efeito de oportuna interposição** do recurso processualmente cabível, o que torna intempestivo o **presente** recurso de agravo.

Cabe registrar, por necessário, que esse entendimento vem sendo observado em sucessivas decisões proferidas no âmbito desta Suprema Corte

ARE 918789 / PR

(AI 515.208-AgR/PR, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – AI 521.217-AgR/RJ, Rel. Min. GILMAR MENDES – AI 578.079-AgR/GO, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – AI 600.452-AgR/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – AI 600.672-ED/PR, Rel. Min. GILMAR MENDES – AI 602.116-AgR/RJ, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – AI 718.826-AgR/RS, Rel. Min. EROS GRAU – AI 766.488-AgR/SC, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – ARE 663.031-AgR/RJ, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, v.g.):

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO INCABÍVEL. NÃO-SUSPENSÃO DO PRAZO RECURSAL.

I. - Recurso *manifestamente* incabível *não suspende* o prazo para a interposição do recurso oportuno. **Precedentes.**

II. - O recurso cabível contra decisão que não admite recurso extraordinário é o de agravo de instrumento, nos termos do art. 28 da Lei 8.038/90.

III. - Agravo não provido.”

(AI 528.553-AgR/PR, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei)

“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE NÃO ADMITE O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO INCABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO.

I- *Não cabem* embargos de declaração da decisão *que não admite* o recurso extraordinário.

II- Recurso *incabível* não tem o efeito *de suspender* o prazo recursal.

III- Agravo regimental improvido.”

(AI 588.190-AgR/RJ, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – grifei)

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO INCABÍVEIS, NO CASO. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO OU INTERRUPTÃO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTIMPESTIVIDADE. PRECEDENTES.

1. São incabíveis, no caso, embargos de declaração opostos contra decisão *que inadmite* recurso extraordinário.

2. É *pacífica* a jurisprudência desta Suprema Corte no sentido de que recurso incabível *não suspende ou interrompe* o prazo recursal.

3. *Intimpestividade reconhecida* do agravo de instrumento. Precedentes.

4. Agravo regimental improvido."

(AI 733.719-AgR/AM, Rel. Min. ELLEN GRACIE – grifei)

"Embargos de declaração em agravo de instrumento. 2. Decisão monocrática. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. 3. Embargos de declaração opostos da *decisão de inadmissibilidade* do recurso extraordinário. *Recurso incabível*. 4. *Intimpestividade do agravo*. Precedentes. 5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AI 746.533-ED/RS, Rel. Min. GILMAR MENDES – grifei)

Nem se invoque, para justificar a pretendida *tempestividade* do recurso de agravo em questão, o princípio da fungibilidade recursal (RTJ 105/792 – RTJ 105/1275 – RTJ 120/458), eis que a hipótese destes autos *evidencia* a ocorrência de *erro grosseiro* por parte do ora recorrente (RTJ 132/1374).

Os Tribunais *sempre recusaram aplicabilidade* ao postulado da fungibilidade recursal nos casos em que a *errônea* interposição de um recurso por outro *revelasse desconhecimento inescusável*, por parte do recorrente, da existência de norma legal expressa, *indicativa* da espécie recursal *cabível e adequada* (RF 148/176 – RF 148/179 – RF 163/215 – RT 489/105 – Revista de Processo, vols. 1/196 – 1/210 – 4/393).

É certo que o magistério da doutrina, ao admitir o recurso indiferente, consagra a fungibilidade recursal como uma das mais expressivas projeções do princípio da instrumentalidade das formas no âmbito da teoria do processo, desde, porém, que não se registre a hipótese de má-fé ou de erro grosseiro (MILTON SANSEVERINO, “**Fungibilidade dos Recursos**”, “in” Revista de Processo, vol. 25/181; JOSÉ FREDERICO MARQUES, “**Manual de Direito Processual Civil**”, vol. III/128, item n. 606, 1975, Saraiva; JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, “**Comentários ao Código de Processo Civil**”, vol. V/247-249, item n. 141, 7ª ed., 1998, Forense; MOACYR AMARAL SANTOS, “**Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**”, vol. 3/82, 1979, Saraiva; SÉRGIO BERMUDEZ, “**Comentários ao Código de Processo Civil**”, vol. VII/44, item n. 26-A, 2ª ed., 1977, RT, v.g.).

Torna-se lícito concluir, desse modo – especialmente se se considerar que os prazos recursais são peremptórios e preclusivos (RT 473/200 – RT 504/217 – RT 611/155 – RT 698/209 – RF 251/244) –, que se extinguiu, “*pleno jure*”, o direito de a parte ora recorrente deduzir, em tempo oportuno, o presente recurso de agravo:

“– Os prazos recursais são peremptórios e preclusivos (RT 473/200 – RT 504/217 – RT 611/155 – RT 698/209 – RF 251/244). Com o decurso, ‘in albis’, do prazo legal, extingue-se, de pleno direito, quanto à parte sucumbente, a faculdade processual de interpor, em tempo legalmente oportuno, o recurso pertinente.

– A tempestividade – que se qualifica como pressuposto objetivo inerente a qualquer modalidade recursal – constitui matéria de ordem pública, passível, por isso mesmo, de conhecimento ‘ex officio’ pelos juízes e Tribunais. A inobservância desse requisito de ordem temporal, pela parte recorrente, provoca, como necessário efeito de caráter processual, a incognoscibilidade do recurso interposto.”

(RTJ 203/416, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

ARE 918789 / PR

Sendo assim, *pelas razões expostas*, **e considerando** os fundamentos de decisão por mim **anteriormente** proferida (**ARE** 685.079/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **não conheço** do presente agravo, *por manifestamente intempestivo*.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator